



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



DO PODER JUDICIÁRIO

121) O artigo 92 de nossa Constituição elenca os órgãos do Poder Judiciário, diante do informado assinale a alternativa incorreta sobre os órgãos do Poder Judiciário.

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Os Tribunais e Juízes de Paz.
- d) os Tribunais e Juízes Militares
- e) o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

RESPOSTA: “c”, os Tribunais e os Juízes de Paz não são órgãos do Poder Judiciário, pois não estão no elenco do artigo 92.

122) Aponte a alternativa incorreta

- a) o Supremo Tribunal Federal tem sede na Capital Federal e tem jurisdição em todo o território nacional.
- b) Os Tribunais Superiores tem sede na Capital Federal e possuem jurisdição no Distrito Federal.
- c) o Conselho Nacional de Justiça tem sede na Capital Federal.
- d) Os Tribunais Superiores possuem jurisdição em todo o território nacional.

RESPOSTA: “b”, de acordo com os parágrafos primeiro e segundo do artigo 92, da CF.

123) Sobre o Poder Judiciário, aponte a alternativa correta

- a) o ingresso da carreira da Magistratura, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- b) é obrigatória a promoção do juiz que figure por duas vezes consecutivas ou seis alternadas em lista de merecimento.
- c) o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores (TST, TSE, STM, STJ) corresponderá a 95% (noventa e cinco) por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do STF.
- d) o juiz substituto residirá da respectiva comarca, salvo autorização do tribunal.

RESPOSTA: “c”, conforme dispõe o artigo 93, V, da CF.

124) Ao estudarmos a nossa Constituição, no capítulo concernente ao Poder Judiciário, veremos alguns detalhes a cerca desse poder. Diante disso, aponte a alternativa incorreta.

- a) o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- b) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentada suas decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar e presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente à estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- c) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- d) a distribuição dos processos será imediata, nos primeiros graus de jurisdição.

RESPOSTA: “d”, conforme dispõe o artigo 93, XV, da CF.

125) Sobre as garantias e vedações dos juízes, aponte a alternativa incorreta.

- a) vitaliciedade, que, será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, caso da vitaliciedade, de sentença judicial transitada em julgado.
- b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- c) aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função.
- d) aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
- e) aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

RESPOSTA: “c”, de acordo com o inciso I, do parágrafo único do artigo 95, da CF, a vedação aos juízes não atinge uma função de magistério.

126) Sobre a competência privativa dos tribunais, de acordo com o artigo 96, I, nossa Constituição elenca algumas. Das alternativas abaixo, qual NÃO consta na Constituição?

- a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos.
- b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados.
- c) propor a criação de novas varas judiciárias.
- d) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados.
- e) julgar a ação direta de inconstitucionalidade.

RESPOSTA: “e”, tal competência é do Supremo Tribunal Federal.

127) Diante do que consta no texto constitucional, aponte a alternativa correta

- a) Compete privativamente aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, incluído a competência da Justiça Eleitoral.
- b) a União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão juizados especiais e a justiça de paz.
- c) ao Poder Judiciário é assegurada somente a autonomia administrativa.
- d) os Tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias sem obedecer aos limites estipulados pelos demais Poderes, visto que goza de autonomia financeira.

RESPOSTA: “b”, pois está de acordo com o artigo 98, I e II, da CF.

128) Sobre os precatórios, aponte a alternativa correta, segundo consta no texto constitucional.

- a) serão pagos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, permitida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
- b) os débitos de natureza alimentar cujos titulares tenham 65 (sessenta e cinco) anos ou mais da data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.
- c) os débitos de natureza alimentar compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no parágrafo 2º deste artigo.
- d) em caso de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o Presidente do Tribunal, a requerimento do credor, não poderá autorizar o seqüestro da quantia devida, mas, notificar o devedor para efetuar o pagamento, sob pena de crime de desobediência.

RESPOSTA: “c”, conforme dispõe o artigo 100, §1º, da CF.

129) Sobre o Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta

- a) é composto por, no mínimo, onze ministros.
- b) seus membros são escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) cabe ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição.
- d) poderá, somente por provocação, mediante decisão da maioria absoluta de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

RESPOSTA: “c”, conforme artigo 102, da CF.

130) A competência do Supremo Tribunal Federal para o julgamento é prevista no artigo 102, da CF. Munido desta informação aponte a alternativa incorreta quanto à competência.

- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- b) processar e julgar nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador Geral da República.
- c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no artigo 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- d) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- e) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.

RESPOSTA: “e”, tal competência é da Justiça Federal, consoante artigo 109, II, CF.